



MUNICIPIO DE IMBAU

**PROCESSO**

Tipo:1 - GERAL

Ano: 2021 Numero: 7486

ORIGEM	DATA/HORA	DESTINO
29	29/11/2021 9:19	16

Página: 1

Status:

**PAPELETA DE ACOMPANHAMENTO**

**Requerente** RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA

**Despacho e Encaminhamento:**

Pedido de impugnação do Edital Pregão eletrônico nº 107/2021, empresa Raul Sopko Junior Engenharia. Encaminho a presente impugnação para resposta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos seguintes itens:

- Da Falta de dados precisos no Edital ora impugnado;
- Das irregularidades quanto as estimativas da coleta diária e mensal;
- Do veículo reserva;
- Da quilometragem a ser percorrida;
- Da Planilha de Formação de Custos;
- Da garagem dos veículos.

A resposta tem o prazo de 24 horas para resposta.

Enviado por:

  
\_\_\_\_\_  
Pregoeiro

Recebido por:

  
\_\_\_\_\_  
Secretaria de Meio Ambiente



MUNICIPIO DE IMBAU

**PROCESSO**

Tipo:1 - GERAL

Ano: 2021      Numero: 7486

ORIGEM	DATA/HORA	DESTINO
2	29/11/2021 9:05	29

Página: 1

Status:

**PAPELETA DE ACOMPANHAMENTO**

Requerente    RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA

Despacho e Encaminhamento:

Enviado por:

*Raul Sopko Junior*

Protocolo

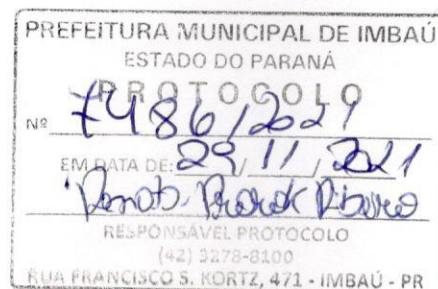
Recebido por:

*[Signature]*

Pregoeiro

**AO MUNICÍPIO DE IMBAÚ – ESTADO DO PARANÁ**

*Rua Francisco Siqueira Kortz, n.º 471, São Cristóvão, na Cidade Imbaú, Estado do Paraná*



**Pregão Eletrônico n.º 107/2021**

**RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA**, com nome de fantasia **“RSJ SOLUÇÕES AMBIENTAIS”**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 26.162.488/0001-47, endereço eletrônico (e-mail): rsjsolucoesambientais@gmail.com, com sede na Rua João Ribeiro dos Reis, n.º 473, sala 02, Centro, no Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CEP: 84.530-000, por seu representante legal Sr. Raul Sopko Junior, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n.º 075.839.899-90, vem, mui respeitosamente, perante à ilustre presença de Vossa Senhoria, interpor a presente:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 41, da Lei n.º 8.666/1993, e demais dispositivos legais pertinentes à espécie, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expendidos:

## **1. DOS APONTAMENTOS INICIAIS**

A ora peticionária sempre prezou pelo cumprimento da legislação vigente, e mais, salienta-se que é uma empresa idônea e afirma seu total interesse e disposição em prestar serviços ao Município de Imbaú/PR, no entanto, não pode deixar de questionar alguns itens presentes no Edital de Pregão Eletrônico promovido.

De mais a mais, a impugnante deixa claro seu respeito pelo trabalho do Município, da equipe de apoio, e de todo o corpo de servidores. As divergências, objeto da presente impugnação, referem-se unicamente à formalização da proposta e exigências que dificultam a ampla concorrência. Não afeta, em nada, o respeito da empresa pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

## **2. DA TEMPESTIVIDADE**

De introito, destaca-se que consoante regra insculpida no artigo 41, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar Edital de Licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo a irresignação ser protocolada até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, e ainda, com fulcro no parágrafo 2º, do mesmo Diploma Legal, decaíra do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a Administração Pública o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

Não obstante a legislação supracitada, o Edital impugnado prevê que até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o certame. Vejamos:

## **24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



Assim, considerando que a abertura da Sessão Pública se dará no dia 01/12/2021, a presente impugnação é **TEMPESTIVA**.

Aliás, com fulcro no artigo 49, da Lei de Licitações, a Administração Pública pode, de ofício, revisar seus atos.

### **3. DO BREVE RETROSPECTO**

A *prima facie*, tem-se que o Município de Imbaú/PR, dispôs e informou acerca da realização de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** que ocorrerá na data de 01 de dezembro de 2021, às 09h00min, em Sessão Pública, na Bolsa de Licitações do Brasil BLL - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), "Acesso Identificado".

Assim sendo, o Pregão Eletrônico n.º 107/2021 prevê regras e requisitos para a participação de aludido certame, a qual objetiva a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS ÚMIDOS E RECICLÁVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL."**

Ocorre, Vossa Senhoria, que o Edital em questão conserva requisitos que ferem os princípios do Direito Administrativo, bem como regras trazidas pela Lei n.º 8.666/93, consoante as razões de direito que a ora peticionária passa a tecer.

### **4. DAS RAZÕES DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**

#### **4.1. Da falta de dados precisos no Edital ora impugnado**

A contratação de qualquer produto e/ou serviço pela Administração Pública é realizada por meio de licitação, lastreada nos princípios constitucionais gerais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, nos princípios específicos da Lei n.º 8.666/93, dentre eles, a vinculação ao instrumento convocatório, economicidade, eficiência, julgamento objetivo e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Destarte, após análise minuciosa das diretrizes expostas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 107/2021, **OBSERVAM-SE QUE NÃO HÁ DETALHAMENTOS ESPECÍFICOS E BÁSICOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO E CUMPRIMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**, senão vejamos:

**A uma, o Edital ora combatido é omissso em relação ao projeto básico, ou seja, não existe um projeto básico a ser cumprido/seguido.**

**A duas, o Edital de Pregão Eletrônico n.º 107/2021 é omissso acerca da definição e dos detalhes das rotas a serem cumpridas na execução do objeto licitado;**

**A três, de igual modo, o Edital em questão não apresenta memoriais de cálculos, de modo que não é possível se chegar a uma conclusão de como foi definido o valor estimado do certame.**

Nesta senda, quanto aos pontos elencados acima, tem-se que o Edital ora combatido é omissso, de modo que a empresa proponente/ganhadora do certame não terá todas as informações necessárias para a execução do serviço licitado e do Contrato Administrativo.

Assim, deve esta r. Municipalidade se posicionar sobre os pontos supracitados, de modo a garantir a execução do contrato sem nenhum empecilho, o que requer, por ser medida da mais lúdima justiça.

#### **4.2. Das irregularidades quanto as estimativas da coleta diária e mensal**

Em outro ponto, denota-se do Edital de Pregão Eletrônico n.º 107/2021 que a periodicidade da coleta será de 06 (seis) vezes por semana, com coleta alternada, sendo 03 (três) vezes na semana realizada a coleta de lixo úmido (domiciliar) e 03 (três) vezes na semana realizada a coleta de lixo (material) reciclável, em todo o perímetro urbano e rural do Município, cumprindo aproximadamente 292 km (duzentos e noventa e dois quilômetros), **“COMPREENDENDO A COLETA ESTIMADA 30 (TRINTA) TONELADAS DIAS, TOTALIZADO 720 (SETECENTOS E VINTE) TONELADAS POR MÊS, CONFORME DADOS DA PESAGEM REPASSADOS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS”**.



Contudo, como cediço, a fórmula utilizada para o cálculo da quantidade de resíduos produzidos por uma determinada cidade é o seguinte:

**Quantidade de resíduos sólidos domiciliares**

❖ Estimativa por parâmetros referenciais

População (habitantes)	Índice (kg/hab/dia)
Até 200.000	- 0,45 a 0,70
Acima de 200.000	- 0,80 a 1,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2000

**Para o cálculo da quantidade mensal de RSD, utilizar a seguinte fórmula:**

**$Q = (i * Pop * 30,42) / 1000$ , onde:**

Q = Quantidade mensal de RSD (ton);  
i = Geração per capita (kg/hab.dia);  
Pop = População do município (hab).

Outrossim, o cálculo supracitado de acordo com o enquadramento e índices do Município de Imbaú/PR, considerando a média máxima de geração per capita, seria:

$$\text{FÓRMULA } Q = (i * Pop * 30,42) / 1000$$

$$Q = (0,700 * 12.040 * 30,42) / 1000$$

$$Q = 256.379,76 / 1000$$

$$Q = 254,380$$

Com efeito, a coleta mensal no Município de Imbaú/PR seria de 254,380 (DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO VÍRGULA TREZENTOS E OITENTA) toneladas.

Nesta toada, a estimativa da coleta mensal por esta r. Municipalidade é superestimada. Outrossim, a quantidade da coleta mensal deve ser reajustada no caso em tela, o que requer.

De encontro, tem-se que a estimativa da quantidade da coleta pelo Edital impugnado, (30 (trinta) toneladas diárias - 720 (setecentos e vinte) toneladas mensais), necessitaria de mais de um veículo compactador, conforme o cálculo infra:

**Dimensionamento da frota do serviço de coleta**

**♦ População até 200 mil habitantes**

**$Nf = (Qs/C * Nv) * Ff$ , onde:**

Nf = Quantidade total de veículos necessária;  
Qs = Quantidade de resíduos diária a ser coletada em tonelada;  
Nv = Número total de viagens realizadas por dia, por caminhão (somatório de viagens dos turnos em um dia);  
C = Capacidade efetiva do veículo de coleta, em tonelada;  
Ff = Fator frequência.

**Na escolha do tipo de veículo a ser utilizado é obrigação estar atento  
Resolução CONATRAN 210/2006 – Peso Bruto Total (PBT)**

**FÓRMULA:  $Nf = (Qs/C * Nv) * Ff$**

**$Nf = (Qs/6 * 1) * Ff$**

**$Nf = (30/6) * 0,7$**

**$Nf = 5 * 0,7$**

**$Nf = 3,5$**

Assim sendo, seria necessária a utilização de 3,5 (três vírgula cinco) veículos coletores com capacidade de 19m<sup>3</sup>, destoante do consignado no Edital de Licitação impugnado.

Portanto, incabível a previsão editalícia de que apenas 01 (um) caminhão titular e 01 (um) caminhão reserva seriam suficientes para a execução do Contrato Administrativo nas estimativas apresentada pelo Município.

Assim sendo, as irregularidades aqui apontadas devem ser supridas, o que requer.



#### **4.3. Do veículo reserva**

Nobre Senhoria, tem-se que o Edital ora impugnado traz a necessidade da empresa proponente em manter um veículo reserva, entretanto, referido veículo não está incluído nos orçamentos de composição de custos, e mais, sequer na Planilha de Formação de Custos, **tornando inviável para a empresa licitante oferecer o veículo reserva.**

Ora, se não há previsão dos custos para a manutenção de um caminhão reserva, inviável que haja a previsão/necessidade de referido veículo.

Nesta senda, requer seja o Edital alterado, ante a inviabilidade de se manter um veículo reserva.

#### **4.4. Da quilometragem a ser percorrida**

Destarte e de igual sorte, considerando o Termo de Referência, Anexo I, em relação a quilometragem a ser percorrida para a realização da coleta dentro do Município de Imbaú/PR, incluindo as áreas rurais, que aproximadamente é de 292 km (duzentos e noventa e dois quilômetros), e ainda, no mínimo 02 (duas) viagens até o aterro sanitário de Telêmaco Borba/PR, que se encontra a 45 km (quarenta e cinco quilômetros) do Município de Imbaú/PR, isto é equivalente a um mínimo de 180 km (cento e oitenta quilômetros)/dia quando realizada a coleta úmida, em uma média de 13 (treze) coletas úmidas/mês, teríamos 2.350 (dois mil, trezentos e cinquenta quilômetros) para o transporte até a destinação dos resíduos.

Assim sendo, somando com os 26 (vinte e seis) dias em média de rotina intercalada entre coletas secas e úmidas, teríamos aproximadamente 7.592 km (sete mil, quinhentos e noventa e dois quilômetros).

Portanto, tendo 2.350 (dois mil, trezentos e cinquenta quilômetros) mais 7.592 (sete mil, quinhentos e noventa e dois quilômetros), a quilometragem a ser percorrida seria de 9.942 km (nove mil, novecentos e quarenta e dois quilômetros) mensais, sendo que na planilha de composição de custos resta consignado apenas 7.000 km (sete mil quilômetros).

Neste viés, clarividente que a quantidade de quilômetros a ser percorrida para o cumprimento do objeto licitado é destoante do que aduz o Edital, outrossim, deve esta r. Municipalidade proceder o seu reajuste.

#### **4.5. Da Planilha de Formação de Custos**

Nobre Senhoria, quanto a Planilha de Formação de Custos, tem-se que a mesma é omissa em relação aos valores em referência, como também o Edital e seus Anexos, na medida que não há apresentação memorial dos custos, exceto o valor final do objeto.

Ora, a omissão dos dados supra apontados dificultam a formação de preços das empresas proponentes.

Neste passo, deve a Planilha de Formação de Custos especificar e detalhar os valores em referência, o que requer.

#### **4.6. Da garagem dos veículos**

Por derradeiro, tem-se que o Edital ora impugnado é omissos quanto ao local da garagem dos veículos responsáveis pela coleta, assim sendo, deve o Edital em questão ser retificado, passando a constar alusiva localidade.

Não apenas, tem-se que o local da garagem nem mesmo é composto ao valor estimado do objeto licitado, outrossim, devem ser promovidas as alterações necessárias para o devido cumprimento do objeto licitado e do Contrato Administrativo, o que requer.

### **5. DOS PEDIDOS**

*Ex positis*, e por tudo mais que possa ser suprido pelo notório conhecimento de Vossa Senhoria, requer:

I- Seja **RECEBIDA, PROCESSADA e ACOLHIDA A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**  
**AO EDITAL**, para o fim de que seja alterado o Edital de Pregão Eletrônico n.º 107/2021, na forma aqui indicada, afastando os vícios apontados e permitindo a regular tramitação do presente, primando pelos princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica, igualdade entre as proponentes e preservado o caráter competitivo do certame;

II- Considerando que o eventual acatamento da presente impugnação demandará ajustes no ato convocatório, requer-se seja retificado o Edital ora impugnado, devolvendo-se as proponentes os prazos mínimos legalmente previstos para conhecimento e avaliação das exigências colocadas, com fulcro no artigo 21, parágrafo 4º, da Lei n.º 8.666/93.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Teixeira Soares /PR, 26 de novembro de 2021.

RAUL SOPKO  
JUNIOR:07583989990

Assinado de forma digital por RAUL  
SOPKO JUNIOR:07583989990  
Dados: 2021.11.26 16:49:04 -03'00'

---

**RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA**

CNPJ/MF sob o n.º 26.162.488/0001-47

Raul Sopko Junior

CPF/MF sob o n.º 075.839.899-90



## PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL



**De** REAL LICITAÇÕES <reallicitacao@gmail.com>  
**Para** <cpl@imbau.pr.gov.br>  
**Data** 2021-11-26 17:40

 01\_Impugnação ao Edital - Imbaú.pdf (~398 KB)

Boa Tarde!

A empresa RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA - CNPJ: 26.162.488/0001-47 vem por meio deste pedir a impugnação do edital de Pregão Eletrônico N° 107/2021. Segue em anexo o pedido formalizado.

Desde já agradeço, Att. RSJ Engenharia

Favor confirmar recebimento